

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.285 - PR (2019/0356997-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : WELINGTON LEMES POMPERMAIER (PRESO)  
**ADVOGADO** : ANTONIO PELLIZZETTI - PR007549  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

**Wellington Lemes Pompermaier** foi preso em flagrante delito no dia 5/10/2019, pela prática, em tese, de tráfico de drogas, quando guardava no interior de um veículo, para fins de entrega a terceiros, 3 invólucros com 3 g de cocaína. Na mesma oportunidade, foi apreendida a quantia de R\$ 722,50 em notas diversas, proveniente do comércio ilícito até então realizado (Processo n. 0002346-33.2019.8.16.0196, da 7ª Vara Criminal da comarca de Curitiba/PR).

Depois da conversão da prisão em preventiva e da negativa do pedido de revogação da custódia cautelar (Processo n. 0025948-20.2019.8.16.0013), houve a impetração do HC n. 0051705-55.2019.8.16.0000 no Tribunal de Justiça do Paraná.

A Quarta Câmara Criminal denegou a ordem de acordo com esta ementa (fl. 51):

*HABEAS CORPUS* CRIME. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. CABIMENTO. DECISÃO CALCADA, EM CONCRETO, NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. EXTINÇÃO DA PENA. IRRELEVÂNCIA, PARA O FIM DE SER RECONHECIDA A NECESSIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PREVENTIVA. ART. 319 DO CPP. NÃO CABIMENTO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Daí o presente recurso, com as seguintes alegações e pedidos (fls. 75/

O apenamento (se houver, fique bem claro) obviamente, terá que ser fixado levando em conta o disposto no § 4º do artigo 33 da Lei de Drogas, já que o peticionário é primário, de bons antecedentes, e, não se dedica às atividades criminosas, nem integra organização criminosa. Resultado: se condenação houver, não lhe poderá ser imposto regime outro que o aberto, verificando-se mesmo a possibilidade de concessão de sursis.

# Superior Tribunal de Justiça

[...]

O requerente possui dois filhos menores, sendo Gustavo Eduardo de Araújo Pompermaier, nascido aos 25.12.2012 e Ana Karoline de Andrade Pompermaier, nascida aos 29/07/2012 (mães diferentes), mas que dependem de seu trabalho, e sua atual esposa Thais Escarleth Serpe Pereira está grávida de 07 (sete) meses, e, depende de sua presença para leva-la nos hospital e consultas (doc. anexa). O requerente é o sustento da família.

[...]

Nem o decreto de prisão preventiva, nem o v. acórdão estão devidamente fundamentados, apenas repetem que a prisão é para resguardar a ordem pública, nada mais. Mas compulsando-se os autos se verifica que o paciente é primário, quantidade mínima de entorpecentes, morador na cidade de Curitiba, possui família e trabalha.

Dos pedidos

Ante o exposto, requer:

O deferimento do pleito de revogação da prisão preventiva, visto que falta motivo para que a mesma subsista, conforme o texto previsto no artigo 212 do Código Processual Penal; e ou subsidiariamente que seja aplicada medidas cautelares diversas da prisão nos termos do art. 319 do CPP, visto que a lei lhe garante a restituição da plena liberdade ou mesmo prisão domiciliar, nos termos do artigo 316 c.c. art. 318, III, VI do Código Penal.

Requer seja apreciado o pedido em caráter liminar.

[...]

Contrarrazões às fls. 88/91.

É o relatório.

À primeira vista, seria caso de não conhecer do recurso, uma vez que o feito não foi instruído nem com o decreto prisional, tampouco com a decisão negando o pedido de revogação da prisão, muito menos com a folha de antecedentes do recorrente. Afora isso, o recorrente deixou de impugnar especificamente os pontos do acórdão e inovou nas razões recursais. Contudo, na minha visão, na espécie, há manifesto constrangimento ilegal capaz de ser reparado até mesmo de ofício.

Ora, embora as instâncias *a quo* tenham feito referência à reiteração delitiva do ora recorrente (fl. 55), inclusive diante da anterior condenação pela prática de idêntico crime, há que se levar em conta o fato de que a prisão é a última medida a ser adotada para garantia da ordem pública, da instrução processual e da aplicação da lei penal; que o delito não foi cometido com violência; que a quantidade de cocaína apreendida é ínfima, não revela tráfico de grande proporção; e que o anterior delito teria sido alcançado pelo período depurador.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nessas circunstâncias, parece suficiente e adequado impor medidas cautelares alternativas ao recorrente. A propósito, o seguinte julgado:

4. Assim, na hipótese, mesmo levando em conta a motivação declinada no decreto prisional, as particularidades do caso demonstram a suficiência, a adequação e a proporcionalidade da imposição das medidas menos severas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. Portanto, considerando (a) ser a prisão a ultima ratio; (b) não ter sido o delito praticado mediante violência ou grave ameaça; (c) a quantidade de drogas apreendidas (2,07g de *crack* e 7,94g de cocaína); bem como (d) que o anterior delito praticado pelo paciente há muito já foi alcançado pelo período depurador, mostra-se desarrazoada a segregação preventiva, sendo suficiente e adequada a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

(HC n. 528.130/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, DJe 11/10/2019)

Assim, **defiro** medida liminar a fim de, por ora, substituir a prisão preventiva do recorrente, se por outro motivo não estiver preso, pela apresentação periódica ao Juízo para informar endereço e atividades, por recolhimento noturno e pela proibição de frequentar bares, praças, boates ou locais voltados ao consumo ou difusão de droga. Caberá ao Magistrado de piso tanto a implementação quanto a fiscalização e a adequação, caso seja necessário, das medidas agora aplicadas.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito, sobretudo quanto ao andamento do processo e à situação do recorrente.

Após juntadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator